

## 2012 - As novas crises militarizadas

As novas crises militarizadas  
por: Eugénio Costa Almeida©

Tem havido ápices na História da Humanidade que criaram sangrentos e inqualificáveis conflitos político-militares de consequências descomunais. Nos tempos mais recentes, foram os casos da primeira e segunda conflitos mundiais a que se juntam as lutas de libertação, as guerras de secessão e as contendidas pelas (re)demarcações de fronteiras. Actualmente, os principais factores de desestabilização político-militar deixaram de ser questões territoriais e/ou "lavagens de sangue" para se reverterem de disputas sociais e políticas em autênticas e sangrentas guerras abertas entre poderes instituídos e novos movimentos de libertação política. Movimentos que defendem mais liberdade política, mais humanização da gestão pública, mais liberdade humana, ou seja, mais e melhores Direitos Humanos. A maioria teve a sua génese numa auto-imolação de um jovem tunisino, Mohamed Bouazizi, ocorrido na cidade de Sidi Bouzid, que rapidamente se degenerou numa revolta popular por mais e melhores condições humanas e de cujas manifestações provocaram a queda do autocrata tunisino Zine El Abidine Ben Ali. Recordemos que foi a partir deste facto que as manifestações se alastraram, depois, por todo o Norte de África e por alguns países africanos. Recapitulemos o que se passou no Egipto — este em escala muito elevada — e Marrocos, ou de forma menos evidente na Côte d'Ivoire, Uganda, Argélia, Djibuti, Saara Ocidental, em África, ou no Iraque, Omã, Líbano, Jordânia, Arábia Saudita, na Ásia (Médio Oriente). Algumas alterações políticas, talvez menos que o esperado pelos seus mentores, acabaram por ser evidentes ou reforçadas. Mas revivamos, principalmente, as crises político-militares na Líbia, no Iémen — com a queda dos respectivos ditadores, após um longo período de conflito armado — e, sobretudo, agora, na Síria e, em menor escala, ou em "lume-brando", o Sudão. Quanto ao Sudão — e consideremos não o país, mas o território no todo — persiste a disputa fronteiriça entre o Sudão do Norte e a sua secessão do Sul — por obra e graça dos anglo-americanos — tudo por causa do petróleo e dos seus rendimentos. Enquanto o Sul carecer das vias que atravessam o Norte e desaguam no Mediterrâneo e enquanto o território tiver sob a "protecção" política e económica do seu principal importador, a China, a comunidade internacional continuará a assobiar para o lado e, para dizer que não se esquece, lá vai atirando algumas mukandas para o éter (vuelar)...

Se no caso da Líbia, do Sudão e do Iémen havia — há — o crude (o petróleo) que permitia à comunidade internacional ter uma "razão" para intervir ou questionar os poderes instituídos e apoiarem as respectivas oposições, ainda que militarizadas — e bem, no caso líbio, ao ponto de as novas autoridades terem dificuldades em desarmar os grupos armados —, já no caso sírio só a vontade dos opositores, ainda que armados, não chega. Oficialmente, não há petróleo no território sírio. E aliado à falta desse organismo importante para a sobrevivência do mundo ocidental — o crude — há o facto de haver duas potências que apoiam ou "suportam" o regime de Bashar al-Assad, a Rússia e a China. No caso da China, é o princípio da não ingerência nos assuntos internos, tão caro a Beijing, que prevalece nas rejeições a eventuais intervenções internacionais. No caso russo, o facto de ainda se sentirem enganados relativamente à Líbia, onde, em princípio e de acordo com as resoluções da Nações Unidas, as hipotéticas intervenções armadas a acontecerem seriam para manter a salvaguarda dos direitos humanos no país. O que aconteceu, depois, foi uma intervenção pura para expulsar um líder ditatorial e incómoda para certas capitais ocidentais. Apesar disso, e após muitas rejeições, a Rússia resolveu dar um passo a favor do "bem comum" e votar no Conselho de Segurança da ONU pelo envio de um grupo internacional de observadores que supervisionasse o cessar-fogo, entretanto instituído entre os rebeldes e as forças de al-Assad, mediada pelo antigo secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Mas mostraram as evidências que essa empreitada acabaria por ser redundada num sangrento fracasso. Os continuados recontros entre o Exército sírio e os rebeldes só fizeram confirmar o cepticismo dos Estados Unidos e dos aliados quanto ao grau de comprometimento dos sírios — e aqui englobo as duas partes — em relação ao acordo de cessar-fogo. Reforça este claro cepticismo os recentes recontros militares na fronteira sírio-turca com algum escalar de violência. A quem interessa, na região, este galgar de patamares bélicos entre uma das potências militares da NATO/OTAN e aliado preferencial, na região, dos EUA e um pequeno estado como a Síria. Não me parece que seja do interesse de Damasco acordar um indolente e perigoso jacaré adormecido nas suas margens. Se não é do seu interesse, é evidente que o mesmo só poderá ser dos rebeldes, alegadamente suportados e apoiados pelo Irão, em querer levar para a guerra a Turquia, visando o derrube do regime de al-Assad. Até aqui, tudo parece meras movimentações político-diplomáticas com suportes bélicos. Tudo pareceria se a Turquia não fosse um proeminente membro da NATO e no seio desta organização não houvesse uma cláusula que indica que um ataque a um seu membro é um ataque a todos os membros da organização. E, parece-me, que está mais que implícito o que desejam os mentores dos ataques, quase cirúrgicos, na fronteira turca... Foi, de certa forma, que começou a primeira guerra mundial com o assassinato de um herdeiro do império austro-húngaro, na Bósnia, por um estudante sérvio. E uma das consequências foi o fim do império Otomano de que resultou algumas dos actuais Estados árabes...

©Artigo de Opinião publicado no semanário angolano Novo Jornal, secção "1º Caderno"; ed. 247, de 12-Outubro-2012, pág. 25 (<http://docs.com/O9XR>).